

PODER Senado aprovou projeto que eleva o número de deputados de 513 para 531. Horas depois, proposta retornou à Câmara, porque passou por modificações, e foi novamente avalizada. Caso seja sancionada, terá impacto de R\$ 64,6 milhões aos cofres públicos

Unidos para aumentar gastos

» RAPHAEL PATI

Andressa Anholette/Agência Senado



O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), comandou a sessão: projeto de lei teve placar de 41 x 35

Na mesma noite em que derrubou o decreto sobre o IOF, o Senado também aprovou um projeto que aumenta, de 513 para 531, o número de cadeiras na Câmara dos Deputados a partir das eleições do ano que vem. A medida foi avalizada com um placar apertado: apenas 41 votos favoráveis, o que representa o mínimo necessário para levar à frente o projeto, considerado impopular em pesquisas realizadas sobre o tema. Além disso, houve 35 votos contrários ao aumento.

O aumento terá reflexo nas contas públicas. Segundo a Direção-Geral da Câmara, a criação de 18 novas cadeiras na Casa pode apresentar um impacto de até R\$ 64,6 milhões. Atualmente, cada deputado custa, em média, R\$ 3,6 milhões por ano, de acordo com o Demonstrativo de Despesas do Parlamento.

O texto foi votado com um destaque que proíbe o aumento real de despesas da Casa em consequência do aumento do número de deputados. A medida foi formulada pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE) e acatada parcialmente pelo relator, Marcelo Castro (MDB-PI). Por conta da inclusão desse destaque, a matéria voltou à Câmara, para nova votação, e foi aprovada por 361 x 36. Agora, seguirá para sanção do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

Supremo

Os parlamentares correram para aprovar a medida porque, de acordo com o Supremo Tribunal Federal (STF), o Legislativo só poderia decidir sobre essa questão até o próximo dia 30, para que tenha validade nas próximas eleições.

Na avaliação do cientista político e sócio da Fato Inteligência Política Bernardo Livramento, o aumento do número de cadeiras pode ser considerado uma pauta digna de uma política de “troca de gestos”.

“É uma política clássica do Congresso Nacional, que tem dificuldade de gerenciar conflitos, e o que era para ser uma proposta de reorganização dos 513



Em nenhum momento, o Supremo disse que o número tinha de se manter em 513. Pelo contrário, o número será estabelecido pelo Congresso, é competência do Congresso”

Marcelo Castro (MDB-PI), senador

deputados acaba virando uma pauta de aumento do número de deputados”, destacou.

É a primeira vez que o Legislativo amplia o número de cadeiras na Câmara desde 1993, quando até

Entenda o caso

Vagas por estado

O Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a redistribuição das vagas na Câmara de acordo com as populações atualizadas dos estados, com base no Censo de 2022. O número de parlamentares não era alterado desde 1993.

Em uma manobra para evitar a perda de cadeira em certos estados, os deputados aumentaram o número de

então havia 480 parlamentares na composição da Casa.

Com a mudança, os estados do Pará e Santa Catarina passarão a ter quatro deputados a mais a partir de 2027. Amazonas, Mato Grosso e Rio

Grande do Norte teriam dois extras. Enquanto isso, Goiás, Minas Gerais, Paraná e Ceará contarão com mais um parlamentar a partir das próximas eleições.

Em nota divulgada na terça-feira, o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) disse que a proposta é “um retrocesso institucional e um verdadeiro desrespeito com a sociedade civil e com o bem público”.

“A proposta é casuística, inoportuna e imoral, especialmente diante do cenário com tantas

desigualdades sociais, de desafios econômicos, com a crise de representatividade que o país enfrenta, e da insatisfação da população com a atuação do Congresso Nacional”, enfatizou.

O movimento justificou ainda que aumentar o número de parlamentares acarreta em mais gastos com estrutura, salários, benefícios, emendas parlamentares, entre outros gastos, principalmente “em um momento em que milhões de brasileiros enfrentam desigualdades e falta de acesso a serviços públicos básicos”, frisou.

que 76% dos brasileiros reprovam o aumento do número de deputados, enquanto 20% apoiam a mudança. Outros 2% não souberam opinar e 1% considera não ver diferença.

pesquisa Datafolha mostrou

que 76% dos brasileiros reprovam o aumento do número de deputados, enquanto 20% apoiam a mudança. Outros 2% não souberam opinar e 1% considera não ver diferença.

Perse consome R\$ 15,7 bilhões

Relatório da Receita Federal, divulgado ontem, aponta que o total de renúncia tributária do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) ultrapassou o limite de R\$ 15 bilhões, o que confirma a extinção do benefício fiscal a partir de abril de 2025.

Os números foram extraídos da Declaração de Incentivos, Renúncias, Benefícios e Imunidades de Natureza Tributária (Dirbi), referentes aos contribuintes habilitados no Perse, abrangendo o período de abril de 2024 a março de 2025, contemplando as declarações entregues até 2 de junho de 2025.

Considerando exclusivamente as pessoas jurídicas habilitadas, de acordo com as atividades econômicas permitidas e demais requisitos legais, após o término do período de envio das informações, o valor total da renúncia tributária do Perse é de R\$ 15,685 bilhões. O montante corresponde a 105% do limite de R\$ 15 bilhões estipulado na lei de 2024.

Os dados foram apresentados às entidades representativas do setor na terça-feira e disponibilizados na íntegra nesta quarta, no novo Relatório Bimestral de Acompanhamento do Perse.

Impacto futuro

Segundo a Receita, também existe impacto futuro, não dimensionado, relativo às pessoas jurídicas com decisões judiciais para continuarem usufruindo da renúncia tributária pelos meses vindouros.

Originalmente criado em 2021 para socorrer de forma emergencial o setor de eventos, duramente atingido pelo isolamento social provocado pela pandemia de covid-19, o Perse foi sucessivamente estendido.

No ano passado, o governo queria limitar a concessão de benefícios tributários e teve alguns embates com o Congresso para revisar incentivos. No caso do Perse, a solução foi a regulamentação com a fixação de um teto para a renúncia, de R\$ 15 bilhões, contados a partir de abril de 2024.

CB.PODER

Zarattini: “Legislativo resiste a cortes impopulares”

» ALÍCIA BERNARDES*

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) afirmou que a Medida Provisória 1303, que institui nova tributação sobre aplicações financeiras e substitui parte do IOF, é figura central da estratégia do governo para garantir equilíbrio fiscal sem comprometer áreas sociais.

Relator da proposta, Zarattini defendeu o corte linear de 10% nas isenções tributárias, negociado com o Centrão, e criticou a atuação de lobbies contrários à elevação de tributos para setores privilegiados da economia.

Ele classificou como “tranquila” a reação do mercado à MP, em comparação ao primeiro decreto do IOF, duramente criticado e posteriormente revogado. Segundo o explicou, o objetivo é construir um texto equilibrado até agosto, quando ocorrerão audiências públicas com os setores atingidos, como fundos imobiliários, fintechs, LCIs, LCAs e casas de apostas. “A medida ainda precisa amadurecer. Vamos ouvir o mercado e aperfeiçoar o texto, mas sem abrir mão da justiça fiscal”, declarou, em entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Eduarda Esposito, no programa CB.Poder, parceria entre Correio e TV Brasília.

A inclusão, de última hora, do decreto do IOF na pauta da Câmara, durante a semana do feriado de São João, foi criticada por Zarattini. Segundo ele, a decisão do presidente da Casa, Hugo Motta (Republicanos-PB), surpreendeu a base governista e

foi interpretada como resposta a declarações recentes do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. “Não se pauta um tema tão polêmico em uma sessão virtual, com Brasília esvaziada. É preciso mais clareza nos acordos políticos e respeito à previsibilidade institucional”, afirmou.

O parlamentar defendeu a posição do governo de manter gastos sociais e cobrar mais dos setores mais ricos. Ele citou o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que tem crescido, principalmente, por decisões judiciais, sem avaliação técnica. “O governo tentou regulamentar, mas o Congresso desidratou o projeto. Não é o governo que não quer cortar, é o próprio Legislativo que resiste a cortes impopulares”, afirmou. Segundo ele, cortar gastos sociais e não cobrar dos mais ricos representa uma “esquizofrenia política”.

A tributação das apostas esportivas também foi tema comentado por Zarattini. Segundo ele, os jogos movimentam cerca de R\$ 30 bilhões por mês. O deputado criticou a redução da alíquota de 18% para 12% durante a tramitação no Congresso e afirmou que o setor precisa ser mais bem regulado. “Esse dinheiro está deixando de circular no comércio. Há impacto real na economia, e precisamos olhar para isso com seriedade”, alertou.

Eleições

Zarattini também comentou a disputa eleitoral de 2026 e as movimentações dentro do PT. Segundo ele, o partido vive um processo

Bruna Gaston CB/DA Press



O deputado Carlos Zarattini criticou a inclusão, de última hora, do decreto do IOF na pauta da Câmara

de renovação com o pleito interlo marcado para as próximas semanas e aposta na formação de uma frente ampla para a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Vamos conversar com partidos de esquerda e também com o centro. A viabilidade da candidatura de Lula é o principal trunfo para atrair aliados”, frisou. Ele minimizou as críticas sobre a baixa popularidade do presidente e disse que os índices devem melhorar com a entrega de políticas públicas.

Entre as ações previstas pelo governo, Zarattini destacou a isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, a ampliação do Auxílio Gás, a instalação de novos Institutos Federais e a tarifa zero de energia elétrica para consumidores de baixa renda. “São medidas concretas, que vão impactar a vida das pessoas. Com isso, a avaliação do governo tende a melhorar naturalmente”, argumentou. Ele também elogiou a atuação de Geraldo Alckmin

como vice-presidente e descartou qualquer mudança na chapa. “Tem sido um parceiro leal e competente, com papel importante na reindustrialização do país”, completou.

Ele também comentou sobre a fragmentação do campo da direita e os efeitos disso para a disputa eleitoral. Para o petista, a ausência de um nome consolidado e a inelegibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro favorecem a esquerda. “Eles estão desorganizados. Há muitos



Eles (direita) estão desorganizados. Há muitos nomes tentando se viabilizar, mas sem unidade. Já o campo progressista está unido em torno do presidente Lula”

Carlos Zarattini (PT-SP), deputado

nomes tentando se viabilizar, mas sem unidade. Já o campo progressista está unido em torno do presidente Lula”, enfatizou.

O deputado destacou que, embora haja ruídos na relação com partidos do centro, todos seguem representados no governo, com ministérios e cargos estratégicos. “O compromisso agora é com a governabilidade. Mais adiante, vamos dialogar sobre a sucessão”.

Estagiária sob supervisão de Cida Barbosa